Artigo 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;
- c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;
- d) No caso de morte de sócio a quem não sucedem herdeiros legítimos;
- e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;
- f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;
- g) Por exoneração ou exclusão de um sócio; e
- h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, tomado por maioria, em assembleia geral.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias, a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar, de entre eles, um representante comum.

Artigo 8.º

Aos lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Artigo 9.º

As assembleias gerais, quando a lei não exigir outras formalidades ou prazos, serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios, com antecedência mínima de 20 dias.

Está conforme o original.

22 de Dezembro de 2004. — A Segunda-Ajudante, *Fernanda Maria de Oliveira Rosa Varela*.

2007676770

CLINICÁLIS — CLÍNICAS MÉDCIAS, L.ª**Anúncio n.º 7681-GE/2007**

Conservatória do Registo Comercial de Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 10 739/981215; identificação de pessoa colectiva n.º 504598236; inscrição n.º 5; números e data das apresentações: 10 e 11/20041020.

Certifico que, relativamente à sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes registos:

Aumento de capital e modificação em sociedade plural por quotas — aumento de 100 euros, em dinheiro, subscrito pela nova sócia Isabel Maria Gomes da Costa Cambeiro.

Alteração do contrato, ficando a reger-se pelo pacto social que segue em anexo.

Documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do Código do Notariado.

Artigo 1.º

Tipo, denominação e sede social

1 — A sociedade adopta a firma CLINICÁLIS — Clínicas Médicas, L.ª, e tem a sua sede na Rua Nova do Seixo, 849, 2.º, centro, freguesia da Senhora da Hora, concelho de Matosinhos.

2 — Por simples deliberação da gerência poderá a sede social ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como serem criadas ou encerradas sucursais, delegações ou outras formas locais de representação social.

Artigo 2.º

Objecto

O objecto da sociedade é a prestação de quaisquer serviços médicos ou de enfermagem e outros serviços clínicos especializados e meios auxiliares de diagnóstico, exploração, gestão e administração de clínicas.

Artigo 3.º

Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é 5100 euros, correspondendo à soma de duas quotas: uma no valor nominal 5000 euros, pertencente a Nuno Frederico Rebordão Afonso Correia, e outra no valor nominal de 100 euros, pertencente a Isabel Maria Gomes da Costa.

Artigo 4.º

Prestações suplementares

Será permitida a realização de prestações suplementares nos termos a deliberar em assembleia geral, até ao limite de 10 vezes o capital social.

Artigo 5.º

Cessão de quotas

A cessão de quotas, quer entre sócios quer para terceiros, bem como a sua divisão para esse fim são livres, não dependendo do consentimento da sociedade.

Artigo 6.º

A sociedade poderá adquirir ou alienar participações, como sócia ou accionista de responsabilidade limitada, em sociedades com objecto igual ou diferente do seu, tanto em Portugal como no estrangeiro.

Artigo 7.º

Amortização da quota

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Acordo com o respectivo titular;
- b) Penhora, arresto ou outra forma de apreensão judicial;
- c) Partilha judicial ou extrajudicial quando a quota não for adjudicada ao respectivo titular;
- d) Falência ou insolvência dos sócios;
- e) Quando o respectivo titular deixar de comparecer ou se fizer representar nas assembleias gerais por mais de três anos consecutivos.

2 — A deliberação da amortização deve ser tomada no prazo de 60 dias a contar do respectivo evento, e o valor da amortização será o que resultar para a quota na proporção do balanço especialmente elaborado para o efeito.

3 — Em caso de falecimento, interdição ou inabilitação de qualquer sócio, a sociedade poderá continuar e proceder, querendo, à amortização da quota do sócio ou deliberar a sua liquidação e partilha, devendo aquela estar concluída no prazo de 90 dias a contar do óbito do sócio ou da sentença da interdição ou inabilitação.

4 — A sociedade poderá, no entanto, amortizar a quota do sócio falecido, interdito ou inabilitado, devendo a deliberação e o pagamento da quota obedecer ao disposto no n.º 2 deste artigo.

Artigo 8.º

Assembleias gerais

1 — A convocação das assembleias gerais compete a qualquer dos gerentes e será efectuada por carta registada com aviso de recepção, a expedir com a antecedência mínima de 15 dias, sem prejuízo do disposto no artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais.

2 — Nas assembleias gerais os sócios podem fazer-se representar por qualquer pessoa da sua livre escolha.

Artigo 9.º

Distribuição de lucros

1 — Após a constituição ou reintegração do fundo de reserva legal, os lucros apurados em cada exercício terão a aplicação que for decidida em assembleia geral anual dos sócios, a qual deliberará por maioria simples dos votos e sem sujeição a qualquer limite mínimo de distribuição obrigatória.

2 — Não obstante o definido no § 1.º anterior, e por simples de-
liberação da gerência, poderão ser concedidos aos sócios adiantamen-
tos sobre lucros, desde que observadas todas as regras e preceitos le-
gais.

Artigo 10.º

Gerência

1 — A administração da sociedade bem como a sua representação,
activa ou passiva, em juízo ou fora dele, será exercida pelo gerente
ou gerentes que forem nomeados em assembleia geral, com dispensa
de caução e com ou sem remuneração, conforme deliberado em as-
sembleia geral.

2 — Para obrigar a sociedade basta a assinatura de um gerente fi-
cando desde já nomeado gerente o sócio Nuno Frederico Rebordão
Afonso Correia.

Está conforme.

14 de Janeiro de 2005. — A Primeira-Ajudante, *Susana Maria Silva
Ribeiro*.

2007463601

**CLÍNICA MÉDICO DENTÁRIA — ANTÓNIO MOTA,
LUIPESSOAL, L.ª**

Anúncio n.º 7681-GF/2007

Conservatória do Registo Comercial de Paços de Ferreira. Matrícula/identificação de pessoa colectiva n.º 505849380; pasta n.º 01828/011219; data: 30-06-2005.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o depósito da prestação de contas do ano de 2004.

Está conforme.

6 de Dezembro de 2006. — A Adjunta, *Manuela Gonçalves*.

2009730062

**CLÍNICA MÉDICA DENTÁRIA — GLÓRIA CARNEIRO
& SANDRA SOUSA, L.ª**

Anúncio n.º 7681-GG/2007

Conservatória do Registo Comercial de Paços de Ferreira. Matrícula/identificação de pessoa colectiva n.º 504652559; pasta n.º 01432/991227; data: 01-07-2005.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o depósito da prestação de contas do ano de 2004.

Está conforme.

26 de Janeiro de 2007. — A Adjunta, *Manuela Gonçalves*.

2010644182

CLÍNICA MÉDICA DR. JOSÉ MANUEL FERREIRA, L.ª

Anúncio n.º 7681-GH/2007

Conservatória do Registo Comercial de Paços de Ferreira. Matrícula/identificação de pessoa colectiva n.º 504261614; pasta n.º 01301/981001; data: 05-07-2005.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o depósito da prestação de contas do ano de 2003.

Está conforme.

26 de Janeiro de 2007. — A Adjunta, *Manuela Gonçalves*.

2009728149

CLÍNICA OFTALMOLÓGICA BRACARA AUGUSTA, L.ª

Anúncio n.º 7681-GI/2007

Sede: Edifício São Lázaro, Rua de 25 de Abril, 554, piso 4, sala 38, freguesia de Braga (São José de São Lázaro), Braga

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Identificação de pessoa colectiva n.º 504938894; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: PC 841/20050628; pasta n.º 7014.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o depósito dos documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2004.

Está conforme o original.

4 de Janeiro de 2007. — A Adjunta, *Anabela da Conceição Araújo Branco*.

2010972082

**CLÍNICA OFTALMOLÓGICA DR.ª TERESA
FONSECA, L.ª**

Anúncio n.º 7681-GJ/2007

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 7381/20040526; identificação de pessoa colectiva n.º 506897192; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 6/20040526.

Certifico que Teresa Maria Soudo Machado da Fonseca, casada com José Augusto na comunhão de adquiridos, Rua de Mariano Coelho, 28, 2.º, esquerdo, Setúbal, constituiu a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

Artigo 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Clínica Oftalmológica Dr.ª Teresa Fonseca, L.ª

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Mariano Coelho, 28, 2.º, esquerdo, freguesia de São Julião, concelho de Setúbal.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, e serem criadas agências, filiais, delegações, sucursais ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

Artigo 2.º

O objecto da sociedade consiste na prestação de serviços na área de oftalmologia. Realização de cirurgias e exames complementares de diagnóstico.

Artigo 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas: uma do valor nominal de 4500 euros, pertencente à sócia Teresa Maria Soudo Machado da Fonseca, e uma do valor nominal de 500 euros, pertencente ao sócio José Augusto.

Artigo 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete a sócios ou a não sócios.

2 — Para a sociedade ficar obrigada é necessária a intervenção de um gerente.

3 — Ficam desde já nomeados gerentes os sócios.

Artigo 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

Disposição transitória

A gerência fica desde já autorizada a levantar o capital social depositado a fim de custear as despesas de constituição e registo da sociedade, aquisição de equipamento e instalação da sede social e a adquirir para esta quaisquer bens móveis, imóveis ou direitos, mesmo antes do seu registo definitivo, assumindo a sociedade todos os actos praticados pela gerência, nesse período, logo que definitivamente matriculada.

Está conforme o original.

22 de Dezembro de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Maria Cristina Pacheco Santos*.

2004392215

**CLÍNICA SAÚDE NO TRABALHO DO VALE
DO SOUSA, L.ª**

Anúncio n.º 7681-GL/2007

Conservatória do Registo Comercial de Paços de Ferreira. Matrícula/identificação de pessoa colectiva n.º 505574330; pasta n.º 1897/020128; data: 31-08-2005.